

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1 - INTRODUÇÃO ----- | 2 |
| 2 - OBJETIVO GERAL ----- | 2 |
| 3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS ----- | 2 |
| 4 – ECONOMIA SOLIDÁRIA ----- | 3 |
| 5 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIFICAÇÃO A ECONOMIA SOLIDÁRIA ----- | 3 |
| 6 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)----- | 4 |
| 7 – ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA A QUALIFICAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA -- | 5 |
| 8 – CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS ESPECÍFICOS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA ----- | 6 |
| 9 – RECOMENDAÇÕES ----- | 9 |
| 10 – BIBLIOGRAFIA ----- | 10 |

1. Introdução:

A economia solidária vem se desenvolvendo intensivamente no Brasil, constituindo uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social. Esta resposta é quase sempre iniciativa de entidades envolvidas na problemática social. Chamamos tais entidades de agências fomentadoras da Economia Solidária, sem as quais a presente enervescência da Economia Solidária no Brasil não seria possível.

A economia solidária constitui um conjunto de propostas que, atualmente, faz parte da agenda do Estado através da implantação de políticas governamentais (municipais, estaduais e nacional) voltadas a seu desenvolvimento. O Governo Federal atendendo solicitação de entidades e trabalhadores, criou em 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

Embora sendo um fenômeno relativamente recente no país, a economia solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica dos/as trabalhadores/as na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como de desenvolvimento local através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação.

No entanto, o desenvolvimento deste modo de produção solidário pressupõe uma ação mais efetiva de promoção e fortalecimento. Dentre as ações mais importantes, reivindicadas pelo movimento da economia solidária, destacamos aquelas relativas à educação e qualificação social e profissional. Neste sentido, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) se afirma como uma política pública fundamental para enfrentamento das exigências e demandas da economia solidária em formação e educação.

Este Termo de Referência construído conjuntamente com a Secretaria Nacional de Economia Solidária–SENAES e a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego– SPPE/Departamento de Qualificação Profissional pretende ser uma contribuição para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

2. Objetivo geral

Fortalecer a economia solidária como estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social, tendo como ponto de partida a qualificação social e profissional do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, Integrar as Políticas de Qualificação às Políticas de Trabalho, Renda e Desenvolvimento, fundamentadas na economia solidária.

3. Objetivos específicos

- Orientar a elaboração de planos, projetos, estratégias e ações de qualificação social e profissional voltadas para o fortalecimento da economia solidária.
- Orientar os conselhos/comissões municipais e estaduais de emprego/trabalho, os governos municipais e estaduais, as entidades gestoras de políticas públicas e as organizações da economia solidária, na elaboração de Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) e os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), do Plano Nacional de Qualificação (PNQ);
- Orientar as entidades executoras das ações de qualificação voltadas à economia solidária;
- Indicar elementos metodológicos e conteúdos específicos para as ações de qualificação em economia solidária.

4. Economia Solidária

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.

A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob formas de cooperativas, federações e centrais cooperativas, associações, empresas autogestionárias, movimentos, organizações comunitárias, redes de cooperação e complexos cooperativos. Envolve produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.

Na medida em que a economia solidária se apresenta como uma alternativa econômica das populações mais pobres e excluídas do mercado de trabalho, é definida, muitas vezes, como uma economia popular solidária.

A economia solidária deve ser vista como uma estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho sustentada em formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos de desenvolvimento local participativos e sustentáveis.

Portanto, as ações de qualificação para a economia solidária devem fortalecer o seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória, ao mesmo tempo em que incorpora conhecimento técnico aos empreendedores solidários.

5. As políticas públicas de economia solidária

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária têm aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária.

Em âmbito nacional, o Governo Federal em 2003 criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária que está implementando o PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Neste sentido, a integração entre as políticas de qualificação e as políticas de fortalecimento da economia solidária, no âmbito do PNQ, deve ter como objetivo/resultados:

- envolver os agentes da economia solidária na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações de qualificação específicas;
- articular as políticas de qualificação e as políticas de fortalecimento da economia solidária aos processos estratégicos de desenvolvimento (local, regional e nacional);
- contribuir para o fomento, a constituição de empreendimentos e de cadeias/arranjos produtivos solidários;
- contribuir para a promoção do comércio justo e as finanças solidárias;
- articular a economia solidária e as demais políticas públicas, em especial, aquelas relativas a elevação da escolaridade, alfabetização e educação de jovens e adultos;
- contribuir para a promoção do debate público sobre Economia Solidária (seminários, eventos e cursos);
- elaborar metodologias de qualificação e estudos voltados para as exigências da economia solidária.

6. A economia solidária no Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

Dentre os avanços na política pública de qualificação apresentados no PNQ, temos o reconhecimento da importância da economia solidária para a geração de oportunidades de trabalho decente e melhoria de renda.

O PNQ define a qualificação como “*uma complexa construção social, associada a uma visão educativa que a tome como direito de cidadania, para contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento*”¹. Portanto, a própria concepção de qualificação social e profissional (QSP) pode ser entendida como um processo de empoderamento da participação e solidariedade entre os/as trabalhadores/as nas relações de trabalho.

Desta forma, o PNQ reconhece que o trabalhador cooperado e associado deve se constituir em sujeito do processo de qualificação, ao lado do trabalhador autônomo e do trabalhador empregado/assalariado. De maneira mais específica, apresenta a economia solidária como:

- Uma alternativa para os/as trabalhadores/as sem ocupação;
- Uma forma de auto-emprego coletivo (trabalhadores/as cooperativados/as, trabalhadores/as associados/as, trabalhadores/as autogestionados/as);

No entanto, podemos pressupor que quase a totalidade do público prioritário do PNQ (trabalhadores/as rurais, assentados/as de reforma agrária, populações tradicionais, trabalhadores em situação especial, beneficiários de políticas de inclusão, gestores públicos) pode estar relacionada aos sujeitos da economia solidária. Assim sendo, nos planos, programas e ações de qualificação dos públicos prioritários do PNQ, a opção pela economia solidária deve estar disponível aos interessados.

7. Elementos metodológicos para a qualificação em Economia Solidária

Em primeiro lugar, a qualificação social e profissional deve ser entendida como uma “construção social”, que expressa os conflitos inerentes aos mundos do trabalho, e, portanto, como um campo de negociação entre os diversos atores sociais, tendo por objetivo o desenvolvimento estratégico em todos os níveis territoriais, articulando sustentabilidade social e ambiental.

No âmbito da economia solidária, a qualificação deve ser entendida como elemento de ampliação da cidadania ativa e do processo democrático e como um movimento cultural e ético que transforme as relações intersubjetivas.

A partir da integração “trabalho, educação e desenvolvimento” propõe a promoção de ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias, solidárias, incluídas em um pensamento emancipatório de inclusão e empoderamento. Esta dimensão

¹ Resolução nº 333 de 2003/ CODEFAT.

pedagógica e metodológica afirma a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social.

Portanto, a metodologia para a qualificação precisa, no mínimo, contemplar:

- Uma orientação pedagógica-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;
- Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educandos uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- Uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sócio-política, metodológica e ético-cultural.

Na concepção integral da educação, a cultura é elemento central da construção curricular. A formação como ação política e ética, deve ter como enfoque metodológico:

- O reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores envolvidos no ato formativo;
- A articulação entre os conteúdos, a realidade, a população local e os projetos de desenvolvimento territoriais;
- A participação do público por meio de práticas inovadoras de conteúdo solidário e autogestionário;
- A construção coletiva do conhecimento valendo-se da realização de trabalhos em grupo, debates em plenário, avaliações e sistematizações da prática educativa;
- A valorização dos procedimentos e das mudanças de posturas no campo da intersubjetividade e do cotidiano, que permitam a construção de uma nova cultura do trabalho;
- A utilização de elemento lúdicos que tenham correspondência com a cultura popular (vídeos, textos, poesias, músicas, teatro etc.)
- As ações formativas para a economia solidária, assim como as ações formativas no PNQ, devem ter carga horária que assegurem a qualidade pedagógica e a integração entre formação social e profissional técnica. Com o intuito de assegurar a qualidade pedagógica os cursos não poderão ter carga horária inferior a 40 horas, e os seminários e outras modalidades não poderão ter duração inferior a 16 horas.

8. Conteúdos Específicos para a Economia solidária

8.1 – A Economia Solidária nos Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs.

Os Planos Territoriais de Qualificação expressam projetos e ações de qualificação social e profissional circunscritos a um território (unidade federativa, mesorregião, microrregião ou município), destacando neles o eixo do desenvolvimento territorial, articulado com o trabalho e a educação.

A economia solidária comporta grandes possibilidades como elemento de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, os PlanTeQs devem incorporar a economia solidária valendo-se das seguintes estratégias:

- Inserir a Economia Solidária através das suas várias expressões locais, nos processos de desenvolvimento territorial;
- Reconhecer o potencial dos empreendimentos autogestionários como alternativa ao desemprego, à precarização do trabalho e à crise do capital;
- Incluir a Economia Solidária como ação estruturante nos processos de superação da pobreza, do trabalho escravo e outras formas de exclusão;
- Promover a formação de complexos cooperativos e arranjos produtivos locais;
- Promover redes de produção, beneficiamento e comercialização;
- Ampliar os mecanismos e espaços públicos de gestão participativa e de controle social nos processos de desenvolvimento;
- Incluir a economia solidária nas estratégias de articulação entre a qualificação social e profissional e a escolaridade (alfabetização, educação de jovens e adultos, etc.)

8.2 – Conteúdos inerentes às ações de formação em Economia Solidária.

A construção curricular em qualificação social e profissional para economia solidária, deve ser definida em função da realidade local, das necessidades e expectativas dos atores, do mercado de trabalho, do perfil da população e do desenvolvimento do território.

O empoderamento dos sujeitos implica o desenvolvimento de valores emancipatórios de uma cultura solidária, na perspectiva de reestabelecer uma relação harmoniosa dos homens entre si e dos homens com a natureza, transformando as relações sociais e construindo as bases de uma alternativa política, ética e cultural.

No projeto pedagógico da qualificação para a economia solidária os conteúdos devem estar interligados com a dimensão integral da concepção pedagógica-metodológica da ação formativa.

Os conteúdos do universo temático da Economia Solidária são aqueles que contemplam o acúmulo histórico dos trabalhadores na organização de iniciativas econômicas fundamentadas na cooperação e solidariedade. Estes conteúdos dizem respeito a conhecimentos, formas de organização, comportamentos e atitudes necessárias a viabilidade dos empreendimentos e a concretização de princípios e valores próprios de uma cultura solidária.

Dentre estes conteúdos, pode-se destacar:

- Constituição, organização e gestão democrática de empreendimentos solidários;
- Autogestão;
- Relações intersubjetivas no trabalho;
- Construção de redes, complexos cooperativos, centrais de comercialização;
- Participação cidadã e controle social nas políticas públicas;
- Legislação do cooperativismo, mutualismo e autogestão;
- Direitos sociais e trabalhistas como direitos humanos;
- Trabalho emancipatório e a superação do trabalho alienado.
- Reforçar a integração dos conteúdos profissionais e sociais, de forma a facilitar a construção de metodologias relativas ao processo produtivo, coerentes com o projeto de Economia Solidária.

Estes conteúdos do universo temático da economia solidária devem, nas ações de formação, ser integrados na construção metodológica a partir das experiências e dos objetivos dos projetos educativos.

8.3 – A Economia Solidária nos Projetos Especiais de Qualificação - ProEsQs.

Os Planos Especiais de Qualificação contemplam, por sua vez, a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnicos-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinados ao público prioritário da economia solidária ou para as políticas públicas de qualificação e gestão participativa, em escala regional ou nacional.

Os ProEsQs poderão fortalecer a economia solidária por meio do/da:

- Desenvolvimento de metodologias para formação em autogestão;
- Desenvolvimento de metodologias para formação de redes de comercialização;
- Elaboração de metodologias para formação em mapeamento e bancos de dados da economia solidária;

- Elaboração de material didático sobre temas diversos da economia solidária;
- Estudos e pesquisas no campo conceitual da economia solidária; e seus desafios para a ação educativa;
- Metodologia de intercâmbio entre experiências de formação em economia solidária;
- Sistematização de experiências de formação e incubagem em economia solidária;
- Estudos sobre os produtos e mercados da economia solidária.

8.4 - Entidades Executoras

As entidades contratadas para executar as ações de qualificação no âmbito do PNQ, são as constantes no art.2º, inciso 3, da Resolução nº 333 do CODEFAT. A seleção das entidades executoras deverá, ser pautada na escolha de instituições reconhecidas e eticamente idôneas, habilitadas tecnicamente e identificadas com os objetivos estratégicos da Política Pública de Qualificação Social e Profissional.

Alem do disposto na Resolução nº 333 quanto as entidades executoras, deve-se considerar, preferencialmente, nas ações de qualificação para a economia solidária, que as entidades executoras apresentem reconhecido envolvimento com a economia solidária, e que comprovadamente realizem atividades de qualificação social e profissional na área.

9. Recomendações

Recomendamos que os agentes envolvidos no Plano Nacional de Qualificação se aproximem da experiência brasileira de economia solidária. Isto poderá ser feito por meio:

- das entidades e instituições que atuam no campo da economia solidária,
- das prefeituras e estados que desenvolvem políticas para a economia solidária,
- dos Fóruns Estaduais e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e,
- da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/ MTE.
- do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – DEQ/SPPE/MTE

10 – Bibliografia

Economia Solidária

SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Uma Utopia Militante. Repensando o Socialismo. Petrópolis, Vozes, 1998.

SINGER, Paul. & **MACHADO**, J. Economia Socialista. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

A Economia Solidária no Brasil. Contexto. São Paulo, 2000.

Economia Solidária em Desenvolvimento. SENAES. MTE, 2003.

Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2003.

Economia Popular e Solidária. Desafios Teóricos e Práticos. Edições Bagaço. Recife, 2003.

LEBOUTTE, Paulo. Economia Popular Solidária e Políticas Públicas. A experiência do RGS. ITCP/COPPE/UFRJ. 2003.

Educação Popular

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. Cortez editora, 1983.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ:Vozes, 1997.

ROMÃO, J. E. Dialética da Diferença: O Projeto da Escola Cidadã frente ao Projeto Pedagógico Neoliberal. São Paulo: Cortez, 2000.

SCOCUGLIA, A C. e NETO, J. F. M. (orgs). Educação Popular: outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

Educação Profissional

FRIGOTTO, Gaudêncio(org.). Educação e crise do trabalho. Perspectivas de final de século. Editora Vozes, 1998.

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. rio de janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERREIRA, M.C. e PAYSSÉ, S. La formación profesional en el MERCOSUR. Montevideo: CINTERFOR, 2003.

FIDALGO, F. e MACHADO, L. Dicionário da Educação Profissional. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, Maria (orgs). A experiência do Trabalho e a educação básica. rio de janeiro: DP&A, 2002.

LEITE, M. P. e NEVES, M. A. (orgs). Trabalho, qualificação e formação profissional. São Paulo: rio de Janeiro LAST, 1998.

LOMBARDI, J. C. e SAVIANI, D. Sanfelice, J. L. (orgs). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTERDBR, 2002.

ROJAS, E. El saber obrero y la innovación en la empresa: las competencias y las calificaciones laborales. Montevideo: CINTERFOR, 1999.

Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003-2007. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Resolução nº 333 CODEFAT. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

Existem, igualmente, muitas informações em sítios (páginas internet) com conteúdos de economia solidária:

www.redesolidaria.com.br

www.ecosol.org.br

www.anteag.org.br

www.mst.org.br

www.caritasbrasileira.org

www.fase.org.br

www.ads.org.br

www.ibase.org.br

www.socioeco.org.br

www.mte.gov.br